

PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

## "SÓ AGORA QUE FOMOS VISTOS": realidade da população em situação de rua em tempos de pandemia Covid 19

### RESUMO

O estudo tem o objetivo de discutir a condição da população em situação de rua em tempos de pandemia pela Covid-19, mais precisamente na cidade de Caicó-RN, tomando como ponto de análise as políticas de saúde e assistência social. Como percurso metodológico, é uma pesquisa qualitativa, bibliográfica e documental guiada pelo materialismo histórico-dialético. Também traçamos e analisamos o perfil da População em Situação de Rua atendida no "Abrigo Provisório" do município supramencionado. Diante das análises realizadas, visualizamos a dificuldade de desenvolver o serviço de abrigo devido à escassez de financiamento, ausência de recursos humanos, educação permanente para os/as trabalhadores/as do SUS e SUAS/Caicó e a necessidade do fortalecimento do Movimento Nacional da População em Situação de Rua na região do Seridó do Rio Grande do Norte/RN, como ainda, a necessária discussão da visibilidade da população em situação de rua como pessoas detentoras de direitos no âmbito do planejamento das políticas sociais.

**Palavras – chave:** Política social; População de Rua; Pandemia

### ABSTRACT

The study aims to discuss the condition of the homeless population in times of a Covid-19 pandemic, more precisely in the city of Caicó-RN, taking health and social assistance policies as a point of analysis. As a methodological path, it is a qualitative, bibliographical and documental research guided by historical-dialectical materialism. We also traced and analyzed the profile of the Homeless Population assisted in the "Provisional Shelter" of the aforementioned municipality. In view of the analyses, we visualized the difficulty of developing the shelter service due to the lack of funding, lack of human resources, permanent education for SUS and SUAS/Caicó workers and the need to strengthen the National Population Movement in Homeless People in the Seridó region of Rio Grande do Norte/RN, as well as the necessary discussion of the visibility of the homeless population as people with rights in the context of social policy planning.

**Keywords:** Social policy; Street Population; Pandemic

## 1 INTRODUÇÃO

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



A existência de pessoas em situação de rua é um fenômeno que expressa o cenário de desigualdades sociais e de acesso ao conjunto das políticas públicas, uma vez que essas pessoas são vistas e tratadas de forma (in) visibilizada, não sendo garantida a proteção social estatal.

No cenário pandêmico vivido neste crivo do século XXI trouxe a necessidade de isolamento social como prerrogativa dos cuidados em saúde, de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS). Diante disso, a população em situação de rua, a qual não goza de proteção legítima que garantisse esse isolamento (e mesmo os cuidados de higienização das mãos, por exemplo) passou a ser enxergada por um Estado que não via como sujeitos de direitos.

As estratégias passaram a serem traçadas de modo intersetorial entre as três esferas de governo (federal, estadual e municipal) na tentativa de minimamente alcançar os cuidados – e aqui vistos como possibilidade de acesso aos direitos –.

Assim, o presente artigo busca problematizar como essa realidade se deu na cidade de Caicó/RN – a qual é polo para uma região de 25 municípios – evidenciando as estratégias construídas para que a população em situação de rua pudesse/viesse a ser assistida pelas políticas setoriais, focando mais precisamente na saúde e assistência social.

Como recorte metodológico, a pesquisa se caracteriza como qualitativa de cunho bibliográfico e documental, guiada pelo método do materialismo histórico-dialético, por compreender que a aparência da realidade – um aspecto fundamental para desvelamento dos fenômenos – não apresenta os determinantes que a traduzem, sendo, portanto, necessário investigar e compreender a essência enquanto totalidade crítica.

Por fim, ressaltamos a relevância social desse estudo, por entender que estimula a percepção crítica acerca de uma realidade que precisa ser amadurecida enquanto relação humana, uma vez que a população em situação de rua não deve ser encarada como alvo pragmático, mas sim, precisa ser defendida a continuidade das estratégias setoriais; e também a relevância acadêmica por fomentar a

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



investigação acerca de aspectos que tocam a sociabilidade atual, a qual torna os seres humanos como mercadorias descartáveis e “com prazo de validade”.

## 2 SUS, SUAS e População em situação de Rua: quais estratégias em tempos de pandemia em Caicó/RN

Partindo do pressuposto que há múltiplas causas para as pessoas viverem nas ruas, percebe-se a necessidade de torná-las visíveis, reconhecendo-as como sujeitos de direitos. Entretanto, a presença dessas pessoas nas ruas desperta preconceito das elites, o que consolida o trato desumano, preconceituoso e violento.

A partir disso, é importante destacar que o surgimento e o desenvolvimento dos movimentos sociais constituem um espaço de debates na realidade nacional, especialmente a partir da década de 1970, esses movimentos representam os interesses das classes subalternas, transformando a chamada “questão social” numa questão política e pública. (Duriguetto, Sousa e Silva, 2009).

Nesse contexto, alguns militantes da organização da população de rua relatam que em 1960 já existiam ações em algumas cidades brasileiras, e que por volta do final dos anos 1970, a Pastoral do Povo da Rua, da Igreja Católica, começou a implantar casas de assistência para as pessoas em situação de rua, impulsionar a organização de movimentos populares de catadores de materiais recicláveis e realizar eventos sociais nas cidades de São Paulo e Belo Horizonte.

O cenário brasileiro era de intensificação de lutas populares ocasionadas devido ao aumento do desemprego, degradação dos salários, e por melhores condições de vida (acesso a serviços de saúde, educação, transporte). A ascensão da formação dos movimentos sociais em torno dos direitos civis, denunciava a invisibilidade social de alguns segmentos da população e profunda desigualdades, características da sociedade brasileira e latino-americana. (Ferraz, 2019).

O marco formal desse processo de lutas e reivindicações foi a promulgação da Constituição Federal de 1988 que centralizou esforços na ampliação da

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



intervenção social do Estado viabilizando e consolidando direitos civis, políticos e sociais. Entretanto, a partir dos anos de 1990 com a ofensiva neoliberal, todo o avanço na legislação dos direitos sociais e da participação popular são duramente atacados. Como relata Yasbek (2018, p. 99):

É necessário ressaltar o fato de que a Constituição Brasileira surge em um momento histórico em que no capitalismo global ocorrem profundas transformações com a reestruturação produtiva e a nova hegemonia liberal financeira. Assim sendo, a Constituição de 1988 é promulgada em uma conjuntura dramática, dominada pelo crescimento da pobreza e da desigualdade social no país, que vê crescer sua situação de endividamento.

Nessa dinâmica, o protagonismo da população em situação de rua se intensificou, conquistando avanço em algumas cidades do país, como São Paulo, Fortaleza, Salvador, Porto Alegre e Rio de Janeiro.

Dito isso, o Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) surge a partir de violências e das ausências de direitos sofridas por essa população, tendo seu desencadeamento a partir das agressões ocorridas na cidade de São Paulo, entre os dias 19 e 22 de agosto de 2004, conhecido como Massacre da Praça da Sé, onde 07 pessoas em situação de rua foram cruelmente assassinadas com golpes na cabeça. Assim, o MNPR, foi lançado em 2005 durante o 4º Festival do “Lixo e Cidadania” realizado pela Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis (Asmare), em Belo Horizonte.

Também no ano de 2005, foi realizado o I Encontro Nacional da População em Situação de Rua, organizado pelo Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome (MDS), em Brasília. Desse encontro propuseram a realização da Pesquisa Nacional sobre a população de rua, que foi realizada em 2007/2008, que resultou na publicação do trabalho intitulado “Rua: aprendendo a contar- Pesquisa Nacional sobre a população em situação de rua”. Essa pesquisa é bastante importante, pois até então não havia produção de dados oficiais na esfera nacional.

Em dezembro de 2009, foi assinado pela Presidência da República, o Decreto nº 7053, que institui a Política Nacional População em Situação de Rua e seu Comitê

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento (CIAMP-Rua). O decreto define População em situação de rua no parágrafo único do artigo 1º:

Considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.

O decreto também destaca os princípios, diretrizes e objetivos da Política Nacional da População em situação de Rua. Também traz que essa Política será aplicada de forma descentralizada e articulada entre a União e os entes federativos que aderirem por meio de instrumento próprio.

Outra iniciativa importante foi a produção do relatório TD 2246- Estimativa da população em situação de rua no Brasil, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), esse levantamento se deu através dos dados disponibilizados por 1.924 municípios por meio do Censo do Sistema Único de Assistência Social (Censo SUAS), onde estimou que existiam 101.854 pessoas em situação de rua no Brasil.

## 2.1 Quais as iniciativas diante da pandemia COVID – 19? Uma análise a partir da realidade de Caicó/RN

O tópico ora exposto visa analisar quais as principais iniciativas realizadas na cidade de Caicó/RN frente à pandemia da COVID-19. Diante disso, foi imprescindível a existência de renda básica subsidiada pelo poder público local para que seja possível garantir as condições necessárias para que a população em situação de rua tenha possibilidades concretas de efetivamente realizar a quarentena e as medidas de prevenção orientadas.

Especificamente, ao discutirmos a respeito das estratégias desenvolvidas pelos sistemas SUS e SUAS para a população em situação de rua no município de Caicó em tempos de pandemia da COVID-19 precisamos pontuar como esses

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



referidos sistemas se conformam enquanto ações, serviços e rede de atendimento no município.

No âmbito dos sistemas supramencionados não existem ações, serviços e programas destinados ao atendimento específico à população em situação de rua, como por exemplo, Consultório de Rua, Acolhimento Institucional e Albergue, os quais para serem instituídos devem preencher requisitos específicos, que os justifiquem de acordo com as orientações das respectivas políticas públicas.

A respeito do SUAS, cabe destacar, a existência do Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) no município, o qual deve atender a famílias e indivíduos em situação de violação de direitos, nessa perspectiva, tem como um dos seus público-alvo à população em situação de rua, mas essa, não se apresenta de forma expressiva no cotidiano dos serviços desenvolvidos pelo CREAS, segundo dados do Registro Mensal de Atendimentos do SUAS, relativos aos meses de janeiro até setembro de 2019, foram atendidas apenas 03 pessoas em situação de rua na referida instituição.

Em relação ao SUS, podemos evidenciar o trabalho realizado pelo Centro de Atenção Psicossocial – Álcool e Drogas (CAPS-AD), o qual é voltado para o atendimento especializado em transtornos pelo uso de álcool e outras drogas. Esse se constitui como referência para a população em situação de rua, pois, mesmo que esse serviço não tenha sido criado para o atendimento específico desse público, o mesmo ocorre, tendo em vista que, a trajetória/vivência no espaço da rua, perpassa, muitas vezes, o uso de álcool e/ou outras drogas pelos indivíduos, como é evidenciado na Pesquisa Nacional sobre a População em situação de Rua

[...] o consumo abusivo de álcool e, em menor escala e frequência, de outras drogas, parece fazer parte do necessário “processo de anestesia” para a permanência das pessoas em situação de rua (MDS, 2009, p. 112)

É importante notar que o CAPS-AD, enquanto serviço de referência para a população em situação de rua, no sentido da identificação do acesso a tal, revela que essa população se torna visível no âmbito da saúde apenas nesses espaços, ou seja,

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

não se desenvolvem ações voltadas para a prevenção da ocorrência de doenças, não sendo proposto uma perspectiva de saúde articulada com o acesso a moradia e ao saneamento básico, por exemplo. Assim, esse segmento é visto pelo poder público a partir de uma percepção estigmatizada, os quais, devido estarem em situação de rua tem a sua vivência associada ao uso abusivo de álcool e drogas, considerados pessoas não qualificadas, como “(...) indivíduos considerados supérfluos e desnecessários à vida social, que convivem ao lado do lixo humano e são descartados de maneira semelhante aos resíduos sólidos (...)” (Paiva IKS *et al*, 2016, p. 2602).

Diante do contexto pandêmico, o qual evidenciou a necessidade de atendimento as pessoas em situação de rua de forma emergencial, foram desenvolvidas ações específicas no município de Caicó/RN direcionadas as políticas de Assistência Social e Saúde.

Para atenção a tal necessidade, na esfera do SUAS, a sua Rede de Atendimento é constituída por Serviços Socioassistenciais financiados por recursos federais e municipais, sendo essa composta de forma específica, de acordo com o porte do município e o seu nível de gestão, respectivamente, o município de Caicó tem porte Médio e gestão Plena.

Dessa forma, se observa, como já foi apontado, a não existência de serviços específicos direcionados a População em Situação de Rua, algo que se tornou problemático no período mais crítico da Pandemia da COVID-19, pois esse segmento, que não era visível para as Políticas Públicas se encontra numa situação ainda mais evidente de violação de direitos, necessitando da Proteção Social de maneira imprescindível.

Nessa perspectiva e para buscar concretizar o atendimento da referida população foi instituído no município o “Abrigo de Acolhimento Provisório para a População em Situação de Rua durante o contexto de Pandemia da COVID-19”, a partir de um diálogo com a Secretaria do Trabalho, Habitação e Assistência Social (SETHAS), a qual buscando viabilizar refeições para esse público através do “Restaurante Popular” e “Café Cidadão” articulou com a SEMTHAS-Caicó/RN uma

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



busca ativa para o cadastramento dessa população. Esse tipo de ação, empreendida pela SETHAS reproduz uma perspectiva de que as populações em situação de extrema vulnerabilidade, no que diz respeito, as suas condições de vida, devem ser atendidas, principalmente, através do alívio da fome, numa proposta de urgência, deixando de considerar de forma consubstancial as diversas outras necessidades. Identificando a ausência de alimentos como uma necessidade básica, a qual, segundo Pereira (2000, p. 58), "(...) em nada se diferenciam das necessidades animais e, portanto, não exigem para o seu atendimento nada mais do que o mínimo(...)". Assim, a política de Assistência Social operacionalizada para esse público é desenvolvida se pautando no mínimo, na focalização e no imediatismo.

Nesse momento, foi identificado um número significativo de pessoas em situação de rua, população essa que já havia sido apontada no município, por meio do Diagnóstico Socioassistencial 2017, produzido pela Vigilância Socioassistencial.

É importante ressaltar que a ausência de informações sobre a referida população inviabiliza a elaboração e efetivação de políticas públicas de modo continuado e com vistas a prevenção para o atendimento das necessidades e dos direitos sociais desse público.

Assim, diante disso, a SEMTHAS passou a organizar esse serviço desde abril de 2020. Para o início do serviço, a articulação foi realizada com o CREAS, como também, com a Vigilância Socioassistencial, os CRASs e o Cadastro Único, na perspectiva de sistematizar como seria o funcionamento desse serviço. Após isso, ocorreu a articulação intersetorial com a Secretaria Municipal de Saúde, principalmente, com o CAPS AD e a UBS/Barra Nova, localizada no bairro que o abrigo foi instalado.

É importante destacar nesse processo, que a intersetorialidade entre a Assistência Social e Saúde, em consonância com o princípio da "integração das políticas públicas em cada nível de governo" estabelecido no art. 6º, inciso IV do Decreto nº 7053/009 que institui a Política Nacional para a População em situação de

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



Rua, foi uma constante, através da efetivação de diversos atendimentos de saúde junto aos acolhidos.

Nesse sentido, reforçamos a importância da intersetorialidade no atendimento as pessoas em situação de rua, recorrendo a reflexão de Horácio (2018, p. 1318), na qual discute sobre a articulação intersetorial na saúde, recuperando o legado do Movimento da Reforma Sanitária Brasileira, destacando que esse

[...] para dar materialidade à saúde como direito de cidadania, em seu sentido mais abrangente, conferiu centralidade ao processo de participação da população na formulação, gestão e avaliação das políticas econômicas e sociais. Sinalizando, assim, que a efetivação do direito à saúde, numa perspectiva intersetorial, requer um novo modo de conceber, planejar, gerenciar, executar e avaliar as políticas econômicas e sociais.

A intersetorialidade deve se constituir enquanto norte para ação estatal, na perspectiva do planejamento, execução e avaliação acerca do desenvolvimento das políticas públicas, considerando ainda, a participação popular através do controle social.

Convém discutirmos a respeito da publicação pelo IPEA, em junho de 2020, da Nota Técnica 74 – “SITUAÇÃO DE RUA EM TEMPOS DE PANDEMIA: UM LEVANTAMENTO DE MEDIDAS MUNICIPAIS EMERGENCIAIS”, com o intuito de visualizarmos como foram desenvolvidas as experiências municipais.

A partir da leitura desse documento se observa que as ações municipais se situaram nas políticas de Assistência Social e Saúde através dos sistemas SUS e SUAS, focadas nas instituições Centro POP, Acolhimento Institucional e Consultório de Rua. As ações também ocorreram por meio de recomendações realizadas pelos Ministérios da Cidadania e da Mulher, Família e Direitos Humanos, Conselho Nacional de Direitos Humanos, Defensoria Pública da União e Fundação Osvaldo Cruz.

Outro aspecto importante a ser destacado pela análise do IPEA, diz respeito a necessidade dessas ações emergências passar a serem continuadas, como também, articuladas com as demais políticas públicas, não se restringindo apenas as políticas de Assistência Social e Saúde, sendo ilustrativo em relação a isso, o seguinte:

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



Uma esperança compartilhada é que estas ações, que permitiram promover algum nível de proteção a essa população, possam ser mantidas, notadamente na forma de mais vagas para abrigo, distribuição de alimentação e oferta de equipamentos públicos de higiene. Além disso, espera-se que a implementação de medidas mais definitivas para esta população possa ser alçada à agenda de atenção prioritária dos governos. Nesse sentido, a implementação de políticas de habitação e cuidado, como nos moldes do modelo Moradia Primeiro, possam ser implementadas em larga escala, garantindo a essa população, a partir da moradia, acesso a serviços públicos, educação e possibilidades efetivas de superação da situação de rua (Natalino e Pinheiro, 2020) (IPEA, p.17, 2020).

É possível afirmar que no município de Caicó tais apontamentos também se fazem presentes, tendo ações focalizadas no SUS e SUAS, mas com a especificidade da ausência do Centro POP e do Consultório de Rua. As ações efetivadas também ocorreram a partir de recomendações. Havendo também, um fortalecimento da perspectiva de continuidade dessas ações por parte dos profissionais envolvidos no atendimento à população em situação de rua, destacando a necessidade de uma maior articulação com as políticas públicas de habitação, educação, emprego, entre outras, no intuito do atendimento de forma ampliada as demandas desse público.

### 3 CONCLUSÃO

A experiência da implantação e implementação do Abrigo de Acolhimento Provisório para a População em Situação de Rua no contexto da pandemia da COVID-19 por meio da SEMTHAS se apresentou como possibilidade do desenvolvimento de um serviço específico para essa população, a qual já se “visualizava” no município, mas não era alvo de ações específicas, sistemáticas e continuadas.

Essa experiência na sua concretização perpassou dificuldades relacionadas ao financiamento limitado, ausência de recursos humanos e restrito assessoramento técnico, aliado a isso, também é possível citar, a inexperiência em relação a

PROMOÇÃO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

operacionalização do Acolhimento Institucional voltado para esse público no âmbito municipal, demonstrando a necessidade urgente do desenvolvimento de ações de Educação Permanente junto aos/as trabalhadores/as, não apenas os/as inseridos/as na Política de Assistência Social, mas nas outras diversas Políticas Públicas, como a de Saúde, com a qual ocorreu uma intensa articulação para o atendimento à população em situação de rua no Abrigo de Acolhimento Provisório.

É importante informar que em maio de 2023, a OMS decretou o fim da pandemia da COVID -19 em todo mundo, mas o Abrigo de Acolhimento Provisório de Caicó, teve seu fechamento em dezembro 2022. Com isso, os usuários do equipamento aos poucos foram sendo desligados, diante do insuficiente investimento por parte do poder público, apesar de esforços dos profissionais que acompanhavam o os usuários e o funcionamento do equipamento. É válido lembrar que o repasse financeiro (recurso extraordinário) por parte do Governo Federal que custeava a manutenção dos abrigos de acolhimento provisório cessaram quando a contaminação da COVID foi minimizando e a vacinação avançando.

A articulação entre Assistência Social e Saúde no atendimento à população em situação de rua se mostrou bastante exitosa, principalmente, em relação a integração dos profissionais, o fluxo de atendimento e o acesso da população atendida nos serviços de saúde, superando outras experiências vivenciadas no que diz respeito a intersetorialidade entre tais políticas públicas, as quais se desenvolviam com bastante dificuldade de interação, principalmente, quando apontamos a fragilidade em relação a referência e contrarreferência.

Para além da articulação exitosa entre a Assistência Social e Saúde é necessário assinalar a ausência de aproximação com essa experiência de outras políticas públicas extremamente relevantes para que a população em situação de rua possa ter suas necessidades básicas atendidas e seus direitos sociais concretizados, tais como: emprego, habitação, educação, lazer, cultura, principalmente, buscando consolidar a continuidade do atendimento dessa população numa perspectiva

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

posterior a pandemia da COVID-19, superando as ações realizadas, num primeiro momento, de forma, emergencial e descontinuada.

Para tanto, é necessário o empenho e investimento público na sistematização de dados que possam evidenciar as reais condições de vida experimentadas pela população em situação de rua com o intuito de subsidiar programas, projetos serviços e ações direcionadas para essa população, sem perder de vista a necessidade da referida população se colocar, opinar e interferir diretamente nas políticas públicas destinadas para ela, fortalecendo assim, a partir da participação popular, o impulsionamento e a construção do movimento social da população em situação de rua na cidade de Caicó, com o propósito do questionamento frente as diversas violações direcionadas a população em situação de rua na sociedade capitalista e da luta pela a reivindicação dos seus direitos.

Assim, concluímos defendendo que a população em situação de rua é uma problemática social que requer do Estado intervenções estratégicas que levem em conta como se dá a sua dinâmica de constituição e as formas de (sobre) vivência desenvolvidas.

## REFERÊNCIAS

BOSCHETTI, Ivanete. **Expropriação e Direitos no Capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2018.

BRASIL, Presidência da República. **Política Nacional para População em Situação de Rua**. Decreto 7.053 de 23 de dezembro de 2009.

DURIGUETTO, M.L; SILVA, K. N.; SOUZA, A. R. Sociedade civil e movimentos sociais: debate teórico e ação prático – política. **Revista Katálysis**. Florianópolis, v.12 n.1. Jan./jun. 2009.

FERRAZ, Ana T. R. Movimentos sociais no Brasil contemporâneo: crise econômica e crise política. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, n.135, p. 346-363, maio/ago. 2019.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas de vulnerabilidade social dos municípios brasileiros**. Brasília: Ipea, 2015.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

KOTHARI, M. Report of the special rapporteur on adequate housing as a component of the right to an adequate standard of living. **Economic and Social Council. Commission on Human Rights, Sixty-first session. United Nations, 3 mar. 2005.**

MARX, Karl. **Trabalho Assalariado e Capital e Salário, Preço e Lucro.** São Paulo: Expressão Popular, 2006.

\_\_\_\_\_. **O capital.** Crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS. **Curso Promoção dos Direitos da População em situação de rua.** Módulo 1: Perfil da população em situação de rua no Brasil e Política Nacional para a população em situação de rua (PNPSR). Brasília: ENAP, 2018. Disponível em: <<https://www.escolavirtual.gov.br/curso/149>>

NATALINO, M.A.C. **Estimativa da população em situação de rua no Brasil- Texto para discussão (TD-246).** Brasília: IPEA, 2016. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/26102016td\\_2246.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/26102016td_2246.pdf).

NETTO, J.P. Crise do Capital e consequências societárias. **Revista Serviço Social e Sociedade.** São Paulo: Cortez, n.111, p. 413-429, Jul./Set. 2012.

PAIVA, I. K.S *et. al.* Direito à saúde da população em situação de rua: reflexões sobre a problemática. In: Revista Ciência e saúde Coletiva, 2016.

SCHUCH, P. A legibilidade como gestão e inscrição política de populações: notas etnográficas sobre a política para pessoas em situação de rua no Brasil. In: FONSECA, C.; MACHADO, H. (Orgs.). **Ciência, identificação e tecnologias de governo.** Porto Alegre: Editora da UFRGS/Cegov, p. 121-145, 2015.

YAZBEK, Maria Carmelita. Proteção Social e crise no Brasil contemporâneo. In: RAICHELIS, R.; VICENTE, D. ; ALBUQUERQUE, V. (Orgs.). **A nova morfologia do trabalho no Serviço Social.** São Paulo: Cortez Editora, p. 88-106, 2018.

PROMOÇÃO



APOIO

